

ÁREA TEMÁTICA: ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO

A EXPANSÃO DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA NO PERÍODO DE 1997 A 2002.

AUTOR

MARCIANO DE ALMEIDA CUNHA

Universidade Federal do Paraná

macunha@ufpr.br

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre a expansão do ensino superior de Administração em Curitiba e Região Metropolitana no período entre 1997 e 2002. Partimos do seguinte problema de pesquisa: Porque o número de cursos de Administração foi expandido significativamente no período de 1997 a 2002 em Curitiba e Região Metropolitana? Destacamos que, essa expansão não é um fenômeno local e responde às exigências de órgãos internacionais, sendo legitimada nas políticas educacionais do país. Constatamos na pesquisa empírica o surgimento de 23 instituições. Os dados foram obtidos no Censo da Educação Superior, a partir das informações estatísticas oficiais disponibilizadas no *site* do INEP e análise de Projetos Políticos Pedagógicos das instituições enviados ao MEC para autorização. A expansão ocorreu porque a estrutura político-social-econômica foi favorável, aumentou o número de egressos do ensino médio e as vagas nas IES públicas não aumentaram, a Região Metropolitana não possuía IES sendo o curso de Administração a possibilidade concreta devido o baixo investimento financeiro e o atendimento às recomendações do Banco Mundial para democratização do ensino superior, porém há necessidade urgente de um mecanismo de avaliação que discrimine essa expansão.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Administração; Ensino de Administração.

INTRODUÇÃO

A pesquisa situa-se no bojo das discussões sobre a expansão da Educação Superior no Brasil nos fins da década de 1990 e início dos anos 2000, período marcado por profundas transformações nas estruturas política, econômica e social do país. No entanto, limita-se ao estudo da expansão dos cursos superiores de Administração em Curitiba e Região Metropolitana no período compreendido entre 1997 e 2002. Esta expansão se dá predominantemente no setor privado da Educação Superior, conforme comprovação estatística apresentada pelo INEP e MEC, órgãos estatais responsáveis pelo credenciamento, autorização, avaliação e reconhecimento das Instituições de Ensino Superior – IES, por isso o campo empírico delimitado é a iniciativa privada da educação superior. Pretendemos avançar nas discussões a partir da compilação das informações sobre a expansão da educação superior, até então produzidas, e apresentar um entendimento do porquê dessa expansão no universo delimitado.

O período no qual o fato acontece é marcado por dois acontecimentos muito importantes que o influenciaram: a partir de 1997 entrou em vigor a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9.394/96 e no ano de 1998, aconteceu, em Paris, a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior.

Esta pesquisa se justifica porque o curso que mais se expande por todo o país é o curso de Administração e, especificamente em Curitiba e Região metropolitana. Segundo LOCH (2004, p.101) em 1997 existiam 21 cursos, já em 2002 esse número passou para 104, considerando Administração Geral e suas ênfases, representando 450% de aumento. Portanto, faz-se necessário um entendimento dos porquês desta expansão.

Estes, entre outros, dados revelam que a expansão da educação superior no Brasil vem se dando de forma articulada com a política mais geral de orientação neoliberal demonstrando um descaso com as futuras gerações de profissionais e com um projeto de desenvolvimento autônomo de nosso país. Assim como afirma PEIXOTO (2002, p. 192),

“é uma expansão antidemocrática e privatista, além de exclusivamente empresarial, na medida em que está voltada à exploração dos trabalhadores da educação e nada comprometida com a qualidade de ensino”.

Considerando a expansão da educação superior, oferecida, principalmente, pelo setor privado, refletida na abertura indiscriminada de cursos de graduação em Administração, na cidade de Curitiba e Região Metropolitana, no período de 1997 a 2002, em nossa pesquisa propomos o seguinte problema: *Por que o número de cursos de Administração foi expandido significativamente no período de 1997 a 2002 em Curitiba e Região Metropolitana?*

A pesquisa foi norteada pelo seguinte objetivo: Entender por que o número de cursos de Administração foi expandido significativamente no período de 1997 a 2002 em Curitiba e Região Metropolitana. Se caracteriza por uma abordagem qualitativa, pois acreditamos que as Ciências Humanas e Sociais não devem conduzir-se pelo paradigma das Ciências Naturais que legitimam seus conhecimentos por processos quantificáveis. Comungamos com os cientistas sociais quando afirmam que a adoção de modelos experimentais conduz a generalizações errôneas em Ciências Humanas levando-nos a um simplismo conceitual dissimulando o controle ideológico das pesquisas. Portanto, nossa orientação filosófica é a dialética pois valorizamos a contradição dinâmica do fato observado e a nossa atividade criadora na qualidade de sujeito que observa, as oposições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens (CHIZZOTTI, 2005, p. 80).

A delimitação do nosso problema deixa claro que assumimos o papel ativo de descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais envolvidas pelo mesmo, permitindo-nos uma imersão na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que o condicionam. Quando propusemos entender por que o número de cursos de Administração foi expandido significativamente no período de 1997 a 2002 foi porque pretendíamos analisar o contexto e as contradições geradas pelo sistema político-econômico, aqui reside o âmago da pesquisa qualitativa de orientação dialética.

De acordo com TRIVIÑOS (1987, p.128) a pesquisa é caracterizada como qualitativa por: a) ter o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; b) ser descritiva; c) manter o pesquisador preocupado com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; d) os dados tendem a ser analisados indutivamente; e) ter como preocupação essencial o significado dos dados.

Fizemos a revisão da literatura sobre os elementos teóricos que subsidiam o entendimento do problema. Após, realizamos a pesquisa de campo constituída de uma visita a todas as Instituições de Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana credenciadas junto ao MEC, que oferecem o Curso de Administração e suas ênfases, cujas atividades iniciaram-se no período entre 1997 e 2002. Conversamos informalmente com os representantes legais e solicitamos o Projeto enviado ao MEC para autorização do curso. De posse dos Projetos, fizemos uma análise das justificativas para implantação do curso visando obter elementos necessários para a resolução do nosso problema de pesquisa.

Na nossa pesquisa, tivemos o universo representado pelas IES de Curitiba e Região Metropolitana credenciadas junto ao MEC no ano de 2002. Era um total de 48 IES. Entre estas observamos aquelas que receberam autorização para funcionamento do curso de Administração e suas ênfases e iniciaram as atividades acadêmicas entre 1997 e 2002, foram computadas 25 IES, que compunham a população de nossa pesquisa, organizadas da seguinte maneira: 17 em Curitiba e 8 na Região Metropolitana. Como propomos estudar a expansão de um curso específico, Administração, numa realidade determinada, Curitiba e Região Metropolitana, decidimos trabalhar com toda a população, ou seja, as 25 IES. Todas foram visitadas e após conhecimento dos nossos objetivos de pesquisa disponibilizaram seus Projetos.

A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DA ADMINISTRAÇÃO: UMA VISÃO GLOCALIZADA.

Este trabalho inicia-se com a contextualização histórica da Administração como ciência, sua institucionalização no ensino superior e chegaremos à expansão do número de cursos de graduação em Administração ocorrida no final do século XX e início do século XXI, em Curitiba e Região Metropolitana. O percurso histórico traçado por nós será transversalizado por elementos políticos, econômicos e sociais do contexto brasileiro. Alguns desses elementos já foram mencionados no texto, como por exemplo, os acordos MEC-USAID, a Ditadura Militar, a industrialização do Brasil, entre outros. De antemão, nos antecipamos dizendo que os cursos de Administração surgem num cenário político-econômico-ideológico nacional-desenvolvimentista que necessitava formar uma burocracia especializada capaz de dar suporte e comandar o funcionamento do Estado. Cabe ressaltar que no Brasil, os cursos de Administração e, conseqüentemente, o ensino de Administração surgem tardiamente, comparando-os às escolas norte-americanas, consideradas centros de excelência.

Academicamente, para ANDRADE & AMBONI (2002)¹, o ensino de Administração passou por dois períodos históricos marcados pela aprovação dos currículos mínimos, os anos de 1966 e 1993. É interessante observar que o contexto político-econômico influenciou no perfil do egresso do curso e na ideologia impregnada no currículo e na prática dos professores do curso ao longo da curta existência como curso superior no Brasil.

É importante explicar que o termo “visão glocalizada” reflete a nossa intenção ao escrevê-lo. Queremos mostrar que a trajetória histórica do curso de Administração assim como a sua identidade, no Brasil, sofreu influências do macrocontexto (internacional) quando teve como referência acadêmica o modelo norte-americano, mas para atender a uma demanda

¹ Rui Otávio Bernardes de Andrade e Nério Amboni são os autores das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Administração.

local. Nos dias atuais, a expansão do número de cursos e suas habilitações ou ênfases vem ocorrendo para atender às necessidades do mundo globalizado ao mesmo tempo em que, teoricamente, deve atender à demanda local, daí a nossa opção pelo termo Glocalizado².

O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: HISTÓRIA E IDENTIDADE

Conforme dissemos acima, o entendimento histórico do surgimento dos cursos de administração perpassa pela compreensão do cenário político-econômico-social do país. O ensino de Administração no Brasil tem uma história muito curta, iniciou-se no ano de 1952, com a criação da Escola Brasileira de Administração Pública, de acordo com ANDRADE & AMBONI (2002). Para COVRE (1982, p.57),

a necessidade de formação de uma burocracia nos países periféricos, e como tal, no Brasil, está organicamente vinculada à redivisão internacional do trabalho, advinda do desdobramento do Sistema Capitalista, em sua etapa monopolista. Esta caracteriza-se por uma ideologia calcada no predomínio da técnica, como solução dos problemas sócio-econômico-políticos. Em oposição à etapa liberal, caracteriza-se também por um “desmoronamento” da economia nacional pró uma economia de mercado ou de cunho mais internacionalizante, por uma concentração econômica política, por alto índice de burocratização que assume aspectos específicos nas empresas pelo uso de tecnologia cada vez mais complexa, e, no Estado, pelo uso das técnicas de planejamento, o que compõem e permite o Estado Intervencionista.

A formação do administrador no Brasil começou a ganhar contornos mais claros nos anos da década de 40, período no qual aumentou a necessidade de mão de obra qualificada, pois o país, em parte, supera o estágio agrário para a industrialização. A necessidade era formar pelo sistema escolar um administrador profissional apto para atender ao processo de industrialização.

COVRE (1982, p.59-60) enfatiza que

A burocracia especializada é composta por técnicos ou tecnólogos de vários ramos, dentre os quais destacamos os administradores. A implantação e evolução dos cursos de administração se apresentam como uma faceta do desenvolvimento da ideologia neocapitalista, ou seja, do espírito modernizante. Nesse sentido, é na mudança e desenvolvimento da formação social brasileira que devemos buscar as condições, motivações para a criação destes cursos. As condições e motivações, no seu sentido amplo, estão relacionadas ao caráter de especialização e complexidade pelo qual enveredam os processos de desenvolvimento dos países latino-americanos e, como tal, o Brasil, resultante da tomada de consciência do subdesenvolvimento (em que desenvolver-se significa industrializar-se) e o concomitante espriar do Capitalismo Monopolista para os países periféricos.

Alguns fatos são preponderantes nesse contexto histórico, dentre eles, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, que abordava a necessidade de outros cursos superiores, além de Direito, Engenharia e Medicina; o primeiro Congresso Brasileiro de Economia, em 1943, no qual se manifestou grande interesse pela industrialização do País e com isso a solicitação para o Estado de iniciativas de pesquisa em assuntos econômicos; a criação da Fundação Getúlio Vargas, em 1944, uma entidade preocupada com o estudo da organização racional do trabalho; a criação da Escola Brasileira de Administração Pública,

² O neologismo GLOCALIZADO faz referência a uma visão que leva em consideração aspectos globais para atender demandas locais.

em 1952; a criação da Escola Brasileira de Administração de Empresa de São Paulo; e a regulamentação da profissão ocorrida através da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 que limitou o acesso ao mercado profissional aos portadores de títulos expedidos pelo sistema universitário (ANDRADE & AMBONI, 2002; COVRE, 1982).

O ensino de administração, portanto, está totalmente relacionado ao processo de desenvolvimento do país. Ressaltamos que esse desenvolvimento é marcado por dois momentos histórico-políticos distintos: o Governo de Getúlio Vargas, cujo traço político é marcado pelo nacional-desenvolvimentismo e; o governo de Juscelino Kubitschek, caracterizado pelo espírito internacionalista de abertura econômica.

Os governos Vargas (1930-1945 e 1950-1954) são representativos de um projeto social de desenvolvimento, progressista, não negador do capitalismo, mas com a opção do possível histórico – capitalismo autônomo, tendo como eixos a industrialização e o planejamento econômico do Estado. (...) é neles que se inicia e se desenvolve um projeto de desenvolvimento, dentro do possível histórico – capitalismo autônomo – inspirado na ideologia neocapitalista de desenvolvimento. Este ao ser posto em prática se debaterá com as contradições próprias de uma proposição nacionalista em uma estrutura capitalista mundial que já se voltou para uma internacionalização crescente das economias nacionais, ou seja, para a estrutura do Capitalismo Monopolista (COVRE, 1982, p. 61-66).

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) representa uma fase importante de nosso desenvolvimento, pelo tipo de abertura econômica que deu, pela marca de desenvolvimento que imprimiu ao processo brasileiro, a caminho do Brasil moderno. (...) Preconizava o Plano de Metas transformar a estrutura econômica do país pela criação da indústria de base, com estímulo ao capital e know-how estrangeiros, num modelo de desenvolvimento interdependente com o capitalismo mundial. (...) Já existe então grande ênfase na necessidade do ensino profissionalizante, o qual realmente só se concretizará plenamente após 68. Neste período intensifica-se a mentalidade modernizante; evolui uma ciência social específica, em parte ideologizante, em parte tecnicante, consubstanciada no ISEB³. Intensifica-se o espírito neocapitalista e com um novo rumo. Houve uma mudança essencial na ideologia de desenvolvimento do governo Vargas para o governo Kubitschek (COVRE, 1982, p. 66-68)

A relação entre a concentração econômica, o processo de burocratização e a estruturação e expansão dos cursos de administração no país é muito bem apresentada por COVRE (1982). O processo de concentração caracteriza-se pela passagem de pequenas e médias empresas para grandes empresas. A indústria nacional é sacrificada pela política creditícia⁴ implantada pelo governo Castello Branco e continuada nos Governos Costa e Silva, Médice, Geisel e Figueiredo, pois alguns segmentos do empresariado não estavam

³ ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) – baluarte do nacionalismo desenvolvimentista. Criado em 1955 por um decreto do governo interino de Café Filho e extinto 13 abril de 1964 por decreto de Ranieri Mazzili (Governo provisório). Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/045/45cbariani.htm>, acesso em jun/2005.

⁴ Esta política do governo Castello Branco teve por objetivo controlar todas as fontes de inflação e se caracteriza como um “tratamento de choque”. Algumas normas básicas: progressiva contenção dos déficits governamentais, racionalizando o sistema tributário e a arrecadação; adaptação da política salarial à política monetária, implicando congelamento salarial; controle da política de crédito às empresas do setor privado.

preparados para administrar as suas empresas em conformidade com as normas de crédito, tributação e fiscais postas em prática pelo governo.

O resultado desse processo é um conjunto crescente de grandes empresas e conseqüentemente do tipo de exigências que elas comportam, tal como mão-de-obra e tecnologia. Para fazer frente ao processo de racionalização a que elas se propõem, têm que passar por um processo de burocratização⁵. Burocratizar, portanto, é elevar o nível de qualificação do profissional, pois à medida que as empresas crescem e modernizam-se, utilizam tecnologias mais complexas diminuindo o número de mão-de-obra não qualificada e aumentando a mão-de-obra especializada.

Estes processos de concentração de empresas e burocratização são refletidos de forma orgânica⁶ no processo educacional.

O surto de ensino superior⁷, em especial o de administração, é fruto da relação que existe, de forma orgânica, entre essa expansão e o tipo de desenvolvimento econômico adotado após 1964, calcado na tendência para a grande empresa. Nesse contexto, tais empresas, equipadas com tecnologia complexa e com um crescente grau de burocratização, passam a requerer mão-de-obra de nível superior para lidar com essa realidade. Nos dias atuais, e no cenário político-econômico no qual nosso objeto de pesquisa está circunscrito, não percebemos essa relação direta para justificar a expansão dos cursos de administração.

Para MARTINS (1989) o surgimento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a criação da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP) marcaram o ensino e a pesquisa de temas econômicos e administrativos no Brasil, contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico do país. Estas instituições ocuparam uma posição dominante no campo das instituições de ensino de Administração, assim como de referência do posterior desenvolvimento desses cursos. A idéia dos fundadores dessas instituições era criar um novo tipo de intelectual, dotado de uma formação técnica capaz de revestir suas ações de conhecimentos especializados, como uma estratégia indispensável ao prosseguimento das transformações econômicas iniciadas em meados dos anos 30.

Ainda conforme MARTINS (1989), a FGV representa a primeira e mais importante instituição que desenvolveu o ensino de administração. Sua origem remonta à criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), em 1938. Esse órgão tinha como finalidade estabelecer um padrão de eficiência no serviço público federal e criar canais mais democráticos para o recrutamento de recursos humanos para a administração pública, por meio de concursos de admissão.

⁵ Entendemos burocratização a partir das considerações de COVRE (1982, p. 72), “para fazer funcionar as técnicas complexas, quer maquinaria, quer organizatória que incorporam, as indústrias necessitam de mão-de-obra especializada, que na sua maior parte refere-se a profissionais de nível superior, em condições de analisar, controlar e planejar as atividades empresariais.”

⁶ A organicidade, no sentido gramsciano, significa que a representação de interesses da estrutura econômica na estrutura educacional se realiza indiretamente através de posturas intelectuais, através de posturas ideológicas. De acordo com GRAMSCI (1988, p.10) “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata (...) mas ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’ ”.

⁷ Nomenclatura utilizada por COVRE (1982), MARTINS (1989) e ANDRADE & AMBONI (2002) para caracterizar o aumento do número de cursos de Administração na década de 60. A nossa pesquisa estuda o aumento do número de cursos em Curitiba e Região Metropolitana entre 1997 e 2002 e utilizamos o termo abertura indiscriminada.

Em 1948, representantes da FGV visitaram 25 universidades americanas que mantinham cursos de Administração Pública, com o intuito de conhecer diferentes formas de organização. O encontro entre os representantes da FGV e professores norte-americanos visava a criação de uma escola voltada para o treinamento de especialistas em Administração Pública. O fruto dessa relação foi a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), criada em 1952, no Rio de Janeiro, com o apoio da ONU e da Unesco. A FGV agora preocupava-se em criar um escola voltada para a preparação do administrador de empresas, vinculada ao mundo empresarial, como objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de administração empresarial. Sendo assim, foi criada, em 1954, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). A FGV firmou um acordo com o USAID no qual o governo norte-americano atuou junto a EAESP até 1965 com uma missão de professores da Universidade de Michigan. Portanto, o ensino de administração no Brasil sofreu fortes influências norte-americanas, evidenciadas nos currículos e bibliografias (MARTINS, 1989).

A partir da década de 60, a FGV também passou a oferecer cursos de pós-graduação, em nível de especialização, em Economia, Administração de Empresas e Administração Pública e Programas de Mestrado e Doutorado. Sendo assim, era o centro formador de professores para atender à demanda das instituições criadas no surto da expansão do ensino superior na década de 70.

Para não ficarmos apenas no âmbito descritivo da história dos cursos de administração e avançarmos para uma análise contextual crítica, destacamos o que COVRE (1982, p. 90), em relação à EAESP, faz questão de enfatizar, “que EAESP possui uma posição de vanguarda. Esta, num primeiro momento, está relacionada à produção de bons profissionais, o que significa formar candidatos a cargos mais importantes na empresa, ou seja, postos importantes para o funcionamento do sistema sócio-econômico.”

Outra instituição relevante na história do curso de administração é a USP. Em 1946, foi criada a Faculdade de Economia e Administração (FEA), que tinha por objetivo formar funcionários para os grandes estabelecimentos de administração pública e privada e surgiu para formar técnicos, altamente especializados, para a gestão das empresas com vultosos capitais instaladas no surto da industrialização no acelerado crescimento econômico do estado de São Paulo (MARTINS, 1989).

A EBAP e a EAESP, criadas pela FGV, e a FEA são as instituições referência do ensino de administração no Brasil. Primeiro pelo pioneirismo e depois pela forte identidade construída por cada uma delas. É importante ressaltar que o momento histórico no qual surgiram é relevante. As duas primeiras foram criadas no momento histórico no qual o Estado procurou conduzir uma política econômica baseada na criação de empresas estatais e empresas privadas nacionais, enfatizando o nacional-desenvolvimentismo. Já a FEA foi criada num momento em que as grandes empresas multinacionais haviam se consolidado no mercado interno nacional.

ANDRADE & AMBONI (2002) se aproximam da discussão do nosso objeto de pesquisa demonstrando que a criação e a evolução dos cursos de administração na sociedade brasileira, no seu primeiro momento, se deram no interior de instituições universitárias, fazendo parte de um complexo de ensino e pesquisa, sendo assim, essas escolas transformaram-se em pólos de referência para a organização e funcionamento desse campo.

No final da década de 60, a evolução dos cursos de administração ocorreu não mais vinculada a instituições universitárias, mas às faculdades isoladas que se proliferaram no bojo do processo de expansão privatizada na sociedade brasileira. Já discutimos no primeiro capítulos os antecedentes históricos e políticos dessa expansão, por isso não mais os retomaremos aqui.

Os fatos históricos e políticos das décadas de 60 e 70 se refletiram quantitativamente no ensino superior. Notamos significativa repercussão no ensino de administração. “Em menos de 30 anos, os cursos de administração alcançaram dimensões significativas. De dois cursos em 1954 passou-se para 31 em 1967 e 177 em 1973. Os dados mais recentes disponíveis (1978) indicam a existência de 244 cursos de graduação” (CASTRO, 1981, p.58). Portanto, quando investigamos a expansão dos cursos de administração, verificamos que não é um fato de hoje, e que na década de 70, por exemplo, o crescimento numérico da área de administração destoava do ensino superior como um todo.

Um dos aspectos destacados por ANDRADE & AMBONI (2002) na expansão dos cursos de Administração é a considerável participação da rede privada nesse processo, ocorrida a partir do final dos anos 70. No início da década de 80, o sistema particular era responsável por aproximadamente 79% dos alunos, ficando o sistema público com o restante. O mesmo ocorre nas demais áreas do conhecimento, onde a distribuição é de 61% para a rede privada. Outro aspecto é que, ao contrário das primeiras escolas, que nasceram próximas aos campos do poder econômico político, as novas escolas, de maneira geral, nasceram equidistantes das expectativas e dos grupos que ocupam posições dominantes nesses campos.

ANDRADE & AMBONI (2002) destacam que essas novas escolas surgiram a partir da iniciativa daqueles que atuavam no setor educacional, aproveitando o momento em que o Estado pós-64 abriu um grande espaço para a iniciativa privada, visando atender à crescente demanda de acesso ao então ensino de 3º grau. Para os empresários da educação, a abertura dos cursos apresentava-se vantajosa, uma vez que eles poderiam ser estruturados sem muitos dispêndios financeiros. A tabela a seguir demonstra a evolução do número de cursos de Administração desde a década de 60.

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL POR DÉCADAS

DÉCADAS	NÚMERO DE CURSOS
Antes de 1960	2
1960	31
1970	247
1980	305
1990	823

Fonte: Elaboração própria a partir da tabela apresentada por ANDRADE & AMBONI (2002) complementada pelos dados do Censo da educação superior 2002 MEC/INEP/DAES.

Segundo MARTINS (1989), observa-se uma relação assimétrica, em que as primeiras escolas de Administração, como tendência, produziram para o setor público e privado uma elite administrativa vinculada aos pólos dominantes dos campos do poder político e econômico. Por outro lado, as novas instituições têm produzido os quadros médios para as burocracias públicas e privadas que, em função de sua complexidade, necessitam de pessoal para suas rotinas, isto é, um pessoal treinado para as questões econômico-administrativas.

Essa relação ambivalente entre as pioneiras e tradicionais instituições e as instituições emergentes conduz-nos à reflexão sobre para quem e para que estão sendo formados os novos administradores. Aquele estereótipo do administrador formado para grandes corporações, o executivo, fica apenas no plano dos sonhos para os alunos das instituições marginais⁹.

Considerando estes aspectos, ANDRADE & AMBONI (2002) sugerem então, que a preocupação não deve estar voltada à preparação de profissionais para empresas privadas. No momento em que o Brasil se encaminha para a efetividade de uma sociedade democrática, parece oportuno defender a formação de um profissional capaz de atuar em outras formas organizacionais, como associações de bairros, cooperativas, pequenas empresas e outros campos novos à espera de formas organizacionais inovadoras, além do seu tradicional campo nas empresas.

Esta preocupação de preparar o aluno para as novas formas organizacionais e melhorar a qualidade do curso, se materializou na elaboração do currículo mínimo para os cursos de administração. A aprovação do novo currículo mínimo aconteceu em 1993 e foi resultado da soma de esforços do Conselho Federal de Administração (CFA) e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD). Tal fato marca um novo ciclo histórico e político do Curso de Administração.

Até aqui fizemos uma reconstrução histórica do curso de administração no Brasil. Culminamos com o destaque à reformulação curricular ocorrida em 1993 que propôs um currículo mínimo para o curso. Após esse momento, o curso ainda passou a fazer parte do Exame Nacional de Cursos e após a LDB 9.394/96 foram desenvolvidas as Diretrizes Curriculares para o curso por recomendação do MEC. Não entraremos em discussão sobre o currículo e as diretrizes porque não é nosso objeto de estudo. A partir de agora, discutiremos mais especificamente a expansão no número de cursos de Administração em Curitiba e Região Metropolitana entre os anos de 1997 e 2002.

A EXPANSÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA NO PERÍODO DE 1997 A 2002: DISCUSSÃO CONTEXTUAL

⁸ Dados obtidos a partir do Censo da Educação Superior divulgado em 2002. São Computados Cursos de Comércio e Administração e Cursos de Gerenciamento e Administração, portanto estão inseridas nesse total as habilitações ofertadas.

⁹ Chamamos de marginais essas novas instituições que estão surgindo no mercado e que não estabelece nenhuma relação de parceria com empresas para fornecimento de mão-de-obra qualificada, limitando-se apenas ao ensino sem ao menos possibilitar ao aluno o contato com o mundo profissional corporativo.

No item anterior conseguimos identificar na literatura que a expansão dos cursos de Administração acompanhou o surto da expansão do ensino superior na década de 70 superando-o inclusive. Acreditamos que os dados apresentados contribuíram para a elucidação do nosso problema de pesquisa. Esta questão não é um fenômeno próprio de Curitiba e Região Metropolitana como também não acontece apenas nos dias atuais. A expansão vem ocorrendo exponencialmente desde o surgimento do curso. É certo que no início estava ligada ao espírito nacional desenvolvimentista, posteriormente à internacionalização da economia e nos dias atuais é justificada pelo baixo investimento financeiro necessário à abertura do curso, constituindo-se em um curso com maior expansão no quadro da educação superior.

O Ministério da Educação e Cultura, por meio do INEP, controla o número de Instituições de Ensino Superior no Brasil e nas unidades da federação. Anualmente é realizado o Censo da Educação Superior. Neste é apresentada a radiografia da Educação Superior do país. A cada ano que passa vem crescendo o número de instituições e cursos, fazendo com que o censo fique cada vez mais complexo e maior. A partir dos dados divulgados pelo censo construímos uma tabela comparativa que permite observarmos a evolução do número de cursos e vagas para o curso de administração no Brasil e especialmente na unidade federativa Paraná. O censo não apresenta dados específicos por cidade. E à medida que os anos foram se passando também deixaram de apresentá-los por unidade federativa.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO PERÍODO DE 1997-2002

		1997	1998	1999	2000 ¹⁰	2001	2002
BRASIL	Nº Cursos	461	549	776	989 ¹¹	1205	1413
	Vagas Oferecidas	83.920	99.338	123.393	179.929	209.769	313.423
PARANÁ	Nº cursos	36	46	(1)			
	Matrículas	16.564	19.349				

(1) a partir de 1999 no Censo da Educação Superior não há especificado o número de cursos por unidade federativa como também não há o número de matrículas, portanto, não conseguimos compilar para demonstrar na tabela. Fazendo uma pesquisa, no *site* do INEP, de IES que oferecem o curso de Administração, sabemos que, neste ano de 2005, existem 236 cursos/habilitações de Administração no estado do Paraná. FONTE: Elaboração própria a partir de dados obtidos no Censo da Educação Superior realizado pelo MEC/INEP.

Demonstramos na Tabela 4 a evolução no número de cursos de administração e vagas oferecidas. Antes, é importante que definamos o espaço geográfico da nossa pesquisa. A partir de agora denominaremos de Região Metropolitana de Curitiba – RMC a área formada por Curitiba, capital do Paraná e os 25 municípios circunvizinhos; destes apenas 7 (sete) possuem IES conforme a tabela. Vale ressaltar que os dados foram obtidos a partir de pesquisa no *site* do INEP fazendo uma busca por nome de instituição. Após encontrarmos a

¹⁰ A partir de 2000 passou a existir no Censo a Área de Ciências Sociais e detalhamento da Área sendo nomeado de Gerenciamento e Administração este comporta o curso de Administração e suas ênfases/habilitações. Em 2000 existiam 28 habilitações e em 2001 e 2002 32 habilitações mais a Administração Geral.

¹¹ O número de cursos e vagas é relativo ao somatório de cursos e de vagas em Administração Geral e suas habilitações.

instituição verificamos a data que consta do início de funcionamento e número de vagas autorizadas. É importante destacarmos que, quando fizemos a pesquisa nas instituições, a informação obtida em uma delas foi diferente da obtida no INEP, ou seja, a instituição diz que começou efetivamente suas atividades em 2003, no entanto para o INEP consta 2002.

TABELA 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E VAGAS AUTORIZADAS NO PERÍODO 1997-2002

ANO	Nº DE IES	VAGAS AUTORIZADAS(1)	Nº DE CURSOS E HABILITAÇÕES
1997	0	0	0
1998	1	300	4
1999	4	1150	11
2000	4	1950	20
2001	5	1360	10
2002	9	1800	14
TOTAL	23	6560	59

FONTE: Elaboração própria a partir da pesquisa. (1) Todos os cursos receberam autorização para funcionamento semestral, portanto o número de vagas por ano é este valor multiplicado por 2.

A análise da tabela acima nos diz que o número dos cursos aumentou significativamente pela possibilidade de criação do curso de administração com ênfases¹². Encontramos na pesquisa além do curso de Administração de empresas e Administração Geral os seguintes cursos: Gestão de negócios Internacionais, Marketing, Comércio Exterior, Gestão da Informação, Gestão de Negócios, Gestão Ambiental, Gestão Hoteleira, Gestão da Produção Cultural, Gestão da Qualidade, Administração Rural, Hotelaria, Gestão Comercial, Finanças, Gestão de Sistemas de Informação, Análise de Sistemas, Logística, Negócios da Internet, Sistemas de Informação Gerencial e Produtos e Serviços. Esta variedade de cursos demonstra o quanto a Administração está especializada e orientada para novos negócios, desligando-se da idéia apenas de formar o administrador para grandes corporações. No entanto, há um fato que não podemos negar, muitas instituições oferecem o curso com uma nova nomenclatura, mas o currículo do curso não acompanhou a mudança, permanecendo com a característica de Administração Geral.

A tabela nos mostra apenas o crescimento durante o período estudado. Quando somados aos índices, as instituições e vagas criadas antes e após o período delimitado no estudo, torna-se exponencialmente significativo o universo de cursos e vagas do ensino superior de administração. Surgem então algumas indagações em relação à qualidade desses cursos, à saturação da profissão no mundo do trabalho, à infra-estrutura das instituições, à quantidade de especialistas para lecionar, ao próprio sentido do ensino superior. Enfim, são inúmeros

¹² Desde o início do nosso trabalho mencionamos o curso de Administração e suas ênfases, porém até então não havíamos explicado o que se entende por ênfase. No contexto atual, as ênfases surgiram das habilitações que o administrador pode fazer. Agora o MEC entende cada ênfase como um novo curso.

que não discutiremos por não ser nosso objeto de pesquisa, mas que achamos necessários elencá-los.

A pesquisa também contou com uma etapa de campo, conforme já mencionamos na introdução. Entramos em contato com as instituições e solicitamos o Projeto Político Pedagógico para analisarmos a justificativa apresentada e dali retirarmos mais elementos que contribuíssem para elucidação do nosso problema de pesquisa. Nosso intuito era pesquisar toda a nossa população assim como o fizemos pela Internet no *site* do INEP. Fomos muito bem atendidos, por telefone, nas 23 instituições, apenas 22 seriam analisadas, conforme já explicamos acima.

Tivemos duas grandes surpresas quando da visita presencial: a primeira surpresa foi constatar que o MEC não exige no Projeto Político Pedagógico, para autorização e reconhecimento de cursos de graduação, o item Justificativa, portanto, não encontramos os elementos que desejávamos. Fomos ao *site* do MEC, no *link* da SESU que fala dos padrões de qualidade para os cursos de graduação, especificamente o de Administração. Lá encontramos as orientações para elaboração do Projeto Pedagógico do curso e confirmamos a informação recebida das instituições visitadas.

O modelo de projeto enfatiza itens mais descritivos que pressupostos filosóficos. Realmente inexistente o item justificativa. Para nossa surpresa, o próprio Ministério quando sugere o modelo de projeto para cursos tecnológicos, diferentemente dos cursos de graduação, “exige” ao menos três laudas de justificativa que contemple a implantação do curso amparada por um estudo de tendências econômicas, tecnológicas e demandas fundamentado em informações sobre o curso no Brasil e na região.

Isso foi importante, pois já conseguimos chegar a indícios de uma conclusão. O próprio Ministério legitima a abertura indiscriminada quando não exige que as instituições apresentem uma justificativa calcada na demanda, nos pressupostos filosóficos, no cenário político-econômico social no qual estão inseridas.

A nossa segunda surpresa foi em relação à receptividade da nossa presença nas instituições. Infelizmente, e esta é uma limitação da nossa pesquisa, não tivemos acesso aos Projetos Pedagógicos das Instituições. Apesar de estarmos munidos de um documento da Universidade nos apresentando como pesquisadores, a maioria delas resistiu à nossa presença. Em algumas o coordenador do curso nem sequer nos recebeu, outras nos receberam e mostraram o projeto permitindo-nos manipulá-lo e lê-lo lá mesmo, outras prometeram nos enviar por e-mail, outras falaram que era um documento interno, portanto não poderia ser disponibilizado e apenas duas disponibilizaram a cópia física.

O que percebemos com a leitura dos projetos aos quais tivemos acesso é que eram meramente técnicos e não continham informações que nos ajudassem a responder ao nosso problema de pesquisa. Eram muito parecidos entre si, pois seguiam o modelo estipulado pelo Ministério. Apenas um projeto mencionava a existência de empresas na região na qual a instituição está localizada que poderiam absorver o graduado, mesmo assim sem fazer uma relação direta. Portanto, diferente da expansão ocorrida na década de 70, justificada pela entrada de empresas tecnologicamente desenvolvidas que necessitavam de burocratas e estes seriam formados pelas escolas de administração, agora, no período de 1997 a 2002, a expansão se justifica meramente por uma possibilidade mercadológica, pois o alto nível de

informatização das empresas faz com que as mesmas não absorvam a mão de obra qualificada; ao contrário, a informatização está elevando o índice de desligamentos.

A falta de receptividade das instituições, o tratamento dispensado a nós denota por um lado, a falta de tradição em pesquisa do nosso país e, por outro lado, a insegurança e o medo das instituições com o fornecimento de informações que venham comprometê-las ou favorecer a concorrência. Pelo menos, essa foi a impressão que tivemos. O mercado é muito competitivo e qualquer informação pode ser determinante para o sucesso. Parece até paradoxal, por um lado as instituições são praticamente iguais, em relação aos projetos pedagógicos, que são os instrumentos delimitadores do perfil do formando, por outro, elas querem ser diferentes umas das outras “escondendo” essas mesmas informações que parecem ser tão óbvias.

Como pesquisadores e analisando o contexto em suas contradições poderíamos então dizer que essa expansão de cursos de administração estaria visando a preparação do administrador para o terceiro setor, para a pequena empresa, para os negócios virtuais, enfim, para atender às novas demandas. Porém esta justificativa não está explícita para as instituições. Podemos perceber estas tendências, pois dos 59 novos cursos autorizados no período delimitado por nossa pesquisa, 10 são de Comércio Exterior ou Administração de Negócios Internacionais, uma demanda da globalização; 7 são relacionados à gestão da informação e dos sistemas de informação. Por isso, até mesmo para o alunado que está matriculado nesses cursos emergentes, as possibilidades de trabalho ainda não estão evidentes.

Contudo, LOCH (2004, p.127-130) em sua dissertação aponta algumas justificativas mais óbvias que os gestores das 28 IES que ele pesquisou apresentaram, justificando a expansão das instituições na RMC. De modo geral são: a facilidade de abrir uma IES proporcionada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e pela nova LDB 9.394/96 e o não planejamento e controle da abertura das IES privadas; a demanda reprimida existente decorrente do não acompanhamento do número de vagas do ensino superior ao número de egressos do ensino médio, por falta de investimentos do poder público nas instituições públicas e por fim, a necessidade de mão-de-obra qualificada por parte das indústrias.

Algumas dessas justificativas são plausíveis para o contexto político-econômico e social do período de 1997 a 2002, outras, como por exemplo, a necessidade de mão de obra qualificada, está mais adequada à expansão ocorrida na década de 70. Apesar de não termos dados que nos subsidiem num posicionamento mais consistente, à primeira vista, isso demonstra uma certa falta de visão por partes dos gestores que ele pesquisou, que parecem muito mais investidores de capital na educação do que propriamente gestores educacionais com qualificação para o exercício da função.

Portanto, é notório que não há uma relação mais estreita entre as escolas de formação de administradores com as empresas, por isso não são instituições orientadas para o mercado. O *boom* de cursos de administração ocorreu pelas facilidades legais e pouco investimento financeiro inicial. É bem verdade que se as instituições desenvolverem um projeto pedagógico para seu reconhecimento junto ao MEC que evidencie a preocupação em formar o administrador com perfil adequado ao atual mundo do trabalho poderão marcar de forma positiva a história da educação superior no Brasil. Caso contrário, essa expansão não passará de uma abertura indiscriminada de cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final de nossa pesquisa. E ao olhar para trás vemos que o caminho percorrido foi traçado ao caminhar. A caminhada foi estruturada de modo que agora podemos responder o problema de pesquisa proposto e cuja resposta vem dos elementos teórico-prático levantados ao longo da construção dos três capítulos do trabalho. Relembramos que nosso problema de pesquisa era: *Por que o número de cursos de Administração foi expandido significativamente no período de 1997 a 2002 em Curitiba e Região Metropolitana?*

A partir dos projetos analisados, tanto daqueles disponibilizados apenas no momento da visita à IES, quanto daqueles gentilmente disponibilizados, pudemos constatar que não existe a consciência da importância da abertura do curso por parte da IES. A existência do mesmo se justifica por si mesma como sendo uma condição natural e oportunidade mercadológica. Algumas ainda apresentam palavras soltas nos itens caracterização do curso, objetivos e concepção que indicam uma sintonia com as exigências do mundo em transformação e apontam para a perspectiva de que a administração é a profissão do futuro, oportunamente com adaptações curriculares e surgimento de novas nomenclaturas e novos cursos como vimos com a predominância das ênfases Comércio Exterior, decorrente da globalização, e Gestão da Informação e dos Sistemas nos novos 59 cursos abertos no período delimitado para a pesquisa.

Apesar dessa expansão historicamente recém acumulada dos cursos de administração pelo país, como pesquisadores, sugerimos que sejam tomadas algumas providências de regulação desse aspecto expansionista, a partir da criação de alguma ferramenta de avaliação. É neste ponto que, ao final desta investigação, vimos uma possibilidade de desenvolvimento de pesquisas futuras, inclusive em nível de doutorado, sobre o desenvolvimento de um mecanismo de avaliação continuada dos cursos superiores, não apenas os de administração, que garantam a qualidade e efetividade da formação em nível superior do graduando. Como sugestões preliminares acreditamos que essa avaliação sistemática deva ser descentralizada, saindo do controle da SESU para a corresponsabilidade e parceria com as universidades do sistema de educação superior desde que:

- ✓ Sejam instituições de excelência comprovada, comprometida seriamente com a pesquisa, o ensino e a extensão;
- ✓ Constituam equipes de especialistas e multiplicadores locais para acompanhar o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e profissionais;
- ✓ Desenvolvam indicadores de mensuração semelhantes aos indicadores da CAPES para a pós-graduação, mas sem corporativismo ou cartelização;
- ✓ Os cursos precariamente avaliados sejam obrigados a melhorar a qualidade ou então serem efetivamente fechados sem ônus para os graduandos matriculados.
- ✓ Seja desenvolvido um mecanismo de intercâmbio entre as instituições para a socialização de melhores práticas.

Além da possibilidade de pesquisar sobre a avaliação dos cursos, sugerimos também a discussão sobre a formação pedagógica continuada para o professor de administração, pois é um professor que tem uma formação pedagógica muito aligeirada que pode alijar o processo de ensino-aprendizagem, implicando na não qualidade na formação do graduado.

Com isso, resgatamos o nosso objetivo geral – entender por que o número de cursos de Administração foi expandido significativamente no período de 1997 a 2002 em Curitiba e Região Metropolitana – e chegamos a conclusão, não definitiva, mas por hora, a partir dos elementos construídos com a pesquisa, que o número de cursos de administração foi expandido significativamente no período de 1997 a 2002 em Curitiba e Região Metropolitana porque a estrutura político-social-econômica foi favorável; porque o número de vagas na rede pública de ensino não aumentou e a demanda decorrente de uma elevação de egressos da educação básica cresceu exponencialmente; porque o sistema de acesso e financiamento foi flexibilizado, atendendo às recomendações do Banco Mundial e da UNESCO; porque a RMC de Curitiba não possuía IES e sendo o curso de administração um curso com possibilidades de emprego, em sintonia com as tendências do mundo do trabalho e de baixo investimento financeiro para abertura tornou-se a possibilidade concreta de expansão; enfim, a pesquisa mostrou não ser este um fenômeno localizado e sim globalizado, entendendo o global como sendo o país. No entanto, alertamos para a necessidade urgente do desenvolvimento de um sistema de avaliação que DISCRIMINE a expansão dos cursos, questione o “varejo”, e preste contas à sociedade, maior acionista desse bem que é a Educação Superior.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; Fernando, GEWANDSZNAJDER. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

AMARAL, Nelson Cardoso. *Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado*. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de.; AMBONI, Nério. *Projeto Pedagógico para cursos de Administração*. São Paulo: Makron Books, 2002.

CASTRO, Cláudio de Moura. *O ensino da administração e seus dilemas: notas para debate*. Revista Administração de Empresas. Rio de Janeiro, V. 21, n. 3, p.58-61, jul/set. 1981.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A formação e a ideologia do Administrador de empresas*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; MANCEBO, Deise. *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GOERGEN, Pedro. *Universidade e globalização: entre a adesão e o dissenso*. In: ZAINKO, Maria Amélia; GISI, Maria de Lourdes (Orgs). *Políticas e gestão da educação superior*. Curitiba: Champagnat; Florianópolis: Insular, 2003

_____. A avaliação universitária na perspectiva da pós-modernidade. Mimeo. s/d.

LOCH, João Matias. Desafios para a gestão de faculdades privadas frente à expansão do ensino superior: um estudo em Curitiba e Região Metropolitana. Dissertação. Curitiba: CEFET-PR, 2004.

MARCOVITCH, Jacques. *A universidade (im)possível*. São Paulo: Futura, 1998.

MARTINS, Carlos Benedito. *Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil (1952-1983)*. Ciência e Cultura, São Paulo, v.41, n.7, p.663-676, jul. 1989.

PEIXOTO, Madalena Guasco. *A expansão do ensino superior privado após a década de 1990: parte integrante da reforma antidemocrática da educação nacional*. Educativa. Goiânia. V.5, n. 1, p. 177-195, jan/jun. 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. (et al) *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. *Reformas educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar*. Educar, Curitiba, nº 22, p. 17-49, 2003. Editora UFPR.